Jornal do
COSEMS/SP
Maio 2010, número 104
IMPRESSO
Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo - "Dr. Sebastião de Moraes"
COSEMS/SP
Em defesa do SUS

COSEMS/SP na luta pela Saúde Mental e pela Reforma Psiquiátrica

Após a posição da SES/SP de não convocar a Conferência Estadual de Saúde Mental, foi criada uma Comissão Organizadora encabeçada pelo Pleno do Conselho Estadual de Saúde, COSEMS/SP, e mais cerca de trinta entidades da sociedade civil, com o objetivo de viabilizar uma plenária estadual que correspondesse a etapa estadual exigida pela organização da IV Conferência Nacional, e que fizesse análise da saúde mental no estado, discussão das propostas apresentadas durante as conferências municipais e regionais, e elaboração das propostas a serem levadas para a etapa nacional.

Assim, a Plenária Estadual Intersetorial de Saúde Mental de São Paulo foi realizada no dia 22 de maio último, no Cenforpe - Centro de Formação de Professores de São Bernardo do Campo, sem a participação da SES, reunindo cerca de 900 delegados de 102 munícipios.

A Plenária recebeu o apoio do Conselho Nacional de Saúde, e foi reconhecida com força de Conferência, o que possibilitou a escolha dos 188 delegados do Estado de São Paulo, que participarão da IV Conferência Nacional de Saúde Mental, a ser realizada entre os dias 27 de junho e 1º. de julho, em Brasília.

A mesa diretora da Plenária foi composta pelo prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, pelo coordenador nacional de Saúde Mental, Pedro Gabriel Godinho Delgado, pelo presidente da Frente Parlamentar de Luta Antimanicomial da Assembléia Legislativa, Deputado Fausto Figueira Júnior, pelos deputados Vivente Paulo da Silva (Vicentinho) e Ana do Carmo, pelo secretário de Saúde de São Bernardo do Campo, Arthur Chioro, pelo diretor do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), Luis Carlos Bolzan, pela presidente do COSEMS/SP - Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, Maria do Carmo Cabral Carpintéro, pela representante de familiares de usuários de serviços de Saúde Mental, Maria Conceição Silva Amaral, pelo presidente da RENILA - Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, José Gonçalo de Araújo, pela representante do Conselho Nacional de Saúde, Andréia Garbin e pelo representante do Ministério Público, Arthur Pinto Filho.

Mário Alexandre Moro, representante dos usuários de Saúde Mental na Plenária, contou que esteve internado várias vezes. Hoje, frequenta um CAPS, onde desenvolveu habilidades profissionais de fotógrafo. É repórter do Jornal Vozes da Saúde Mental e vice-presidente da Associação José Martins de Araújo Junior e diz estar muito feliz com seu trabalho e com o crescimento que teve em sua vida. Mario é militante ativo da luta antimanicomial.

Experiências como a de Mário são demonstrações das incontáveis possibilidades de um tratamento mais humanizado e abrangente em Saúde Mental. Um trabalho que vislumbre o portador de sofrimento psíquico de forma mais holistica, com suas dificuldades e particularidades, mas que vislumbre as suas potencialidades, de forma a inserir essas pessoas no convívio social e na família, diminuindo tanto quanto possível as internações em hospitais psiquiátricos.

Posicionamento do COSEMS/SP frente à avaliação dos CAPS pelo CREMESP

Editorial

Esta edição de nosso jornal tem como temática prioritária a Saúde Mental, assunto mais que oportuno por três motivos: a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental, a comemoração em 18 de maio do dia da Luta Antimanicomial e a publicação de uma pesquisa sobre a rede CAPS no estado de São Paulo realizada pelo CREMESP.

Há vinte e três anos comemora-se o dia 18 de maio como o dia da Luta Antimanicomial no Brasil. Em 18 de maio de 1987, na I Conferência Nacional de Saúde Mental, foi elaborado o documento final do evento, que propunha a reformulação do modelo assistencial em saúde mental e conseqüente reorganização dos serviços, priorizando o atendimento extra-hospitalar e as equipes multiprofissionais. Iniciava-se a discussão dos direitos de cidadania e da legislação em relação ao doente mental. A consolidação legal da Política da Reforma Psiquiátrica deu-se apenas em 2001 pela aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 10.216 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Hoje podemos comemorar que mais da metade dos hospitais psiquiátricos do país já foi extinta e o número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) aumenta a cada dia. Já foi inaugurado o milésimo CAPS.

Enquanto gestores do SUS, temos o dever de reconhecer os grandes avanços que a política de desinstitucionalização vem desenvolvendo na perspectiva da inclusão do usuário com sofrimento mental, no respeito às diferenças, no combate aos preconceitos e apoio à autonomia dos cidadãos. Causou-nos surpresa a publicação na edição de abril do jornal do CREMESP onde os serviços da rede substitutiva em saúde mental são avaliados, sem a participação dos gestores do SUS, havendo clara preferência deste conselho pelos AME- psiquiatria. Frente a essa avaliação, o COSEMS/SP posicionou-se, conforme publicação nesta edição.

Há muito a Saúde Mental deixou de ser somente um núcleo específico de uma especialidade ou categoria profissional e transformou-se em um campo da saúde coletiva. Para avançarmos mais, são necessários investimentos das três esferas de gestão do SUS para ampliação da rede comunitária e substitutiva (CAPS, CAPSi, CAPSad, leitos em hospitais gerais, residências terapêuticas), além da incorporação de ações de Saúde Mental na Atenção Básica, promovendo mudança no modelo assistencial em saúde através da Clínica Ampliada e do desenvolvimento de Projetos Terapêuticos.

Para concluir, saudamos a todos que contribuíram para a realização da Plenária Estadual de Saúde Mental de São Paulo, que foi "tecida a muitas mãos" e apesar de a Secretaria de Estado da Saúde ter se omitido e se furtado à oportunidade de discutir a Política de Saúde Mental no estado, foi um maravilhoso momento de exercício da cidadania e formulação participativa da política pública de saúde. O princípio constitucional de participação da comunidade foi garantido.

Desejamos muita força a todos os 188 delegados paulistas que participarão da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial em Brasília!

Expediente

Diretoria do COSEMS/SP:
Presidente: Maria do Carmo Cabral Carpintéro (SMS de Amparo)
1º Vice-Presidente: Odílio Rodrigues Filho (SMS de Santos)
2º Vice-Presidente: José Francisco Kerr Saraiva (SMS de Campinas)
1ª Secretária: Nancy Ferreira da Silva Cunha (SMS de Buritama)
2º Secretário: Milton Ribeiro Palma (SMS de Sorocaba)
1ª Tesoureira: Célia Cristina Pereira Bortoletto (SMS de Suzano)
2º Tesoureiro: José Fernando Casquel Monti (SMS de Bauru)
Diretor de Comunicação: Luis Fernando Nogueira Tofani (SMS de Várzea Paulista)

Vogais:
01- Ademar Arthur Chioro dos Reis (SMS de São Bernardo do Campo); 02- Ana Emília Gaspar (SMS de Pindamonhangaba); 03- Rosebel de Alencar Custódio Lupoli (SMS de Guará); 04- Maria Cecília Cordeiro Dellatorre (SMS de Registro); 05- Maria Regina Goulart Barbieri Ferreira (SMS de Araraquara); 06- Jorge Yochinobu Chihara (SMS de Junqueirópolis); 07- Luciana Aparecida Nazar Maluf (SMS de Batatais); 08- Alcides de Moura Campos Junior (SMS de Conchas); 09- Silvia Elizabeth Forti Storti (SMS de Olímpia); 10- Marco André Ferreira D'Oliveira (SMS de Itapeva); 11- José Victor Maniglia (SMS São José do Rio Preto); 12- Elcio Ferreira Trentin (SMS de Cosmópolis); 13- Claudia Regina Nunes (SMS de Lins); 14- Maria do Carmo de Oliveira Pelisão (SMS de Jaguariúna).

Representantes do COSEMS/SP na Comissão Intergestores Bipartite do Estado de SãoPaulo:
Titulares: 1- Maria do Carmo C. Carpintéro (Presidente do COSEMS/SP); 2- Odílio Rodrigues Filho (SMS de Santos); 3- Januario Montone (SMS de São Paulo); 4- Nancy Ferreira da Silva Cunha (SMS de Buritama); 5- Milton Ribeiro Palma (SMS de Sorocaba); 6- Fábio Luiz Alves (SMS de Santa Bárbara d'Oeste); 7- Ademar Arthur Chioro dos Reis (SMS de São Bernardo do Campo). **Suplentes:** 1- Célia Cristina Pereira Bortoletto (SMS de Suzano); 2- Ana Emília Gaspar (SMS de Pindamonhangaba); 3- Luciana Aparecida Nazar Maluf (SMS de Batatais); 4- José Francisco Kerr Saraiva (SMS de Campinas); 5- José Fernando Casquel Monti (SMS de Bauru); 6- Júlio Cezar Zorzetto (SMS de Marília); 7- Rosebel de Alencar Custódio Lupoli (SMS de Guará)

Representantes do COSEMS/SP junto ao Conselho Estadual de Saúde:
Titulares: 1- Odílio Rodrigues Filho (SMS de Santos); 2- Marco André Ferreira D'Oliveira (SMS de Itapeva). **Suplentes:** 1- José Fernando Casquel Monti (SMS de Bauru); 2- Alcides de Moura Campos Junior (SMS de Conchas).

Redação, produção editorial e fotografias:
Maria Marlene Gazonato
CNPJ 11.716.613/0001-46
Jornalista Responsável:
Maria Marlene Gazonato - MTB 42012-SP
E-mail: mmggazonato@terra.com.br
Fotolito e Impressão:
Laser Press Gráfica e Editora Ltda.
Tiragem: 1200 exemplares
Periodicidade: Mensal

Correspondências:
Av. Dr. Arnaldo, 351 - 2º andar, sala 205
CEP 01246-000 - São Paulo - SP.
E-mail: cosemssp@saude.sp.gov.br

Municípios investem em práticas voltadas para a Reforma Psiquiátrica

É crescente o número de municípios que adotam, com êxito, as práticas de Saúde Mental preconizadas pela Reforma Psiquiátrica, voltadas para tratamentos mais humanizados e abrangentes, com a atuação de equipes multidisciplinares e inspiradas nos princípios básicos do SUS, a integralidade, universalidade e equidade.

Algumas dessas experiências relatam a satisfação dos usuários e de seus familiares, além de apresentarem resultados expressivos como uma considerável diminuição no número de internações em hospitais psiquiátricos. Vejamos alguns exemplos:

Várzea Paulista, município com cerca de 107 mil habitantes, sediou até o início do ano 2000, hospital psiquiátrico conveniado, o qual foi fechado em decorrência de suas condições precárias. Nesse mesmo ano, as internações psiquiátricas totalizaram 1.199.

Em 2007 Várzea Paulista implantou o CAPS II, referência de cuidado, em continuidade, para adultos com transtornos mentais graves, e instrumento de reorientação das ações, regulação de fluxo e apoio à rede.

A metodologia utilizada pelo município baseia-se no investimento na implantação de rede de atenção, entendendo-a não somente como um conjunto de equipamentos de saúde essenciais à produção do cuidado, mas como uma estratégia de transformação da relação de invalidação estabelecida socialmente com a loucura e com a pessoa em sofrimento.

Em 2008 foi implantado Hospital Municipal com a destinação de 2 leitos para o cuidado em saúde mental.

No que se refere à infância e adolescência, em resposta à demanda reconhecida por educadores como "distúrbio de aprendizagem", foi constituída parceria entre a Saúde e a Educação, para implantação do Centro de Integração Ensino Saúde (CIES), com a missão de atender a demanda e favorecer a inclusão no cotidiano escolar de tais crianças/adolescentes, além de fortalecer as instituições ensino no reconhecimento e enfrentamento de dificuldades escolares.

O acompanhamento à pessoas em uso abusivo/dependência de álcool vêm sendo realizado através de Programa Intersetorial "Brindar", cuja equipe é formada por servidores de diferentes serviços, previamente capacitados, com destinação de carga horária de um ou dois períodos semanais destinada a tais ações. Encontra-se em discussão a descentralização desse acompanhamento para a Atenção Básica.

Várzea Paulista desenvolve projetos cujos resultados são incontestáveis, e apresentam, dentre outros a expressiva redução no número de internações psiquiátricas, apenas 117 em 2008 e 88 no ano de 2009.

O município de **Campinas,** desde 1990 reduziu seus leitos psiquiátricos de aproximadamente 1000 para 72. Nesse período implantou-se a rede substitutiva ao hospital psiquiátrico que hoje conta com 6 CAPS III, 3 CAPS AD (em implantação), 2 CAPS i, 9 Centros de Convivência, 2 Núcleos de Oficinas de Geração de Renda (350 usuários inseridos), 50 leitos de internação integral em hospital especializado (SS Dr. Cândido Ferreira), 6 leitos de 72 h em hospital especializado (SS Dr. Cândido Ferreira), 10 leitos de hospitalidade exclusivamente noturna para usuários de álcool e outras drogas em hospital especializado (SS Dr. Cândido Ferreira), 6 leitos de retaguarda clínica em hospital especializado (SS Dr. Cândido Ferreira), 34 moradias (serviços de residências terapêutica) com 200 usuários, 6 leitos em enfermaria de psiquiatria em hospital geral, sendo 5 adultos e 1 para criança e adolescente.

A implantação dessa rede permitiu completa desospitalização no município, ou seja, não há moradores em hospital psiquiátrico. Na área da infância e adolescência os CAPS i vem trabalhando em parceria com as Secretaria de Educação e Assistência Social, entendendo que as demandas das crianças e adolescentes são intersetoriais.

Campinas está ampliando a rede *ad*, e implantando 02 casas de passagens para usuários de álcool e outras drogas. Também está incrementando as ações de redução de danos através dos projetos do Ministério da Saúde: Escola de Redução de Danos e consultórios de rua.

Após longos anos sem avanços na área de Saúde Mental, **São Bernardo do Campo** vem se tornando uma das cidades que mais investem na humanização do atendimento psiquiátrico.

Os primeiros passos foram dados nesse sentido, com a inauguração, em 2009, da primeira Residência Terapêutica do município, onde moram oito ex-internos do Hospital Lacan, que permaneceram longos anos sem qualquer convívio social. Em maio deste ano foi inaugurada a segunda residência, desta vez feminina, também com oito ex-pacientes do Lacan. Com o acompanhamento cotidiano das equipes da Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde, esses pacientes, que não possuem suporte familiar, poderão recuperar sua individualidade e reintegrar-se socialmente, voltando a ter uma vida digna, sem isolamento. A desinstitucionalização dos pacientes psiquiátricos tem a retaguarda do Ministério da Saúde, que, por meio do Programa "De Volta para Casa" concede um benefício mensal aos residentes, válido por um ano. Além disso, os recursos do SUS usados para o financiamento dos leitos desativados no Lacan são repassados pela Prefeitura para o custeio das residências terapêuticas.

Outra medida importante adotada em março e abril deste ano foi a descentralização dos serviços de saúde mental, que antes estavam concentrados no Ambulatório de Saúde Mental da Vila Euclides. Atualmente, quatro UBS's (Farina, Alves Dias, Mussolini e Baeta) já dispõem de atendimento psiquiátrico para portadores de transtornos leves ou moderados, tais como insônia, ansiedade, angústias, anorexia, bulimia, síndrome do pânico e depressão. Os casos mais graves continuam sendo atendidos no ambulatório da Vila Euclides.

Usuários, trabalhadores e gestores dos serviços de saúde mental do município reuniram-se em abril deste ano em uma conferência municipal com o intuito de propor medidas para consolidar a humanização no atendimento e a extinção progressiva dos leitos psiquiátricos da cidade. Foi a primeira vez que São Bernardo realizou uma conferência para discutir e avaliar sua política de saúde mental.

O novo modelo de serviço psiquiátrico desenvolvido por São Bernardo prevê, até 2011, a inauguração de 5 CAPS com funcionamento 24 horas, um CAPS Infanto-Juvenil e mais três residências terapêuticas.

Posicionamento do COSEMS/SP sobre matéria do Jornal do CREMESP - edição de abril 2010

Fomos surpreendidos com a publicação no jornal do CREMESP - edição de abril 2010 - de matérias que tratam de pesquisa sobre a rede de CAPS no estado de São Paulo, realizada pelo Departamento de Fiscalização do CREMESP e do apoio desse Conselho às AME-psiquiatria.

Cabe ressaltar a importância da iniciativa do Departamento em conhecer melhor e aprofundar o olhar sobre a implantação da rede substitutiva em saúde mental, parte importante da Política Nacional de Saúde Mental, pactuada nas várias instâncias de gestão e controle social no SUS.

Entretanto, não conseguimos compreender como nós, gestores municipais representados pelo COSEMS/SP, responsáveis pela implantação dessa rede em cada município, não tenhamos tido a oportunidade de participar desste debate e de contribuir para uma compreensão mais ampla dos dados. Sequer recebemos o relatório produzido pelo CRM, tendo dele conhecimento apenas pelo seu órgão de comunicação.

Estamos falando de uma reforma ampla da atenção em saúde mental, de recente implantação (a partir da Lei 10.216 de 04 de junho de 2001) que reorganiza todo o processo de atenção a partir dos princípios da integralidade, da humanização, da inclusão social e da reinserção social de milhares de pessoas em situação de sofrimento psíquico.

Num momento em que todo o país se mobiliza para realizar a IV Conferência Nacional de Saúde Mental, gestores, trabalhadores e usuários de todo o país estão organizando as conferências municipais e estaduais onde são debatidas as propostas para qualificação da implantação da reforma psiquiátrica em todo o Brasil; num contexto onde o estado de São Paulo se coloca como o único estado do Brasil a não convocar a Conferência Estadual, fragilizando a possibilidade do maior estado brasileiro se representar nesse espaço democrático de formulação da política nacional, seria de grande contribuição se a matéria veiculada pelo CREMESP pudesse refletir sobre os caminhos da reforma de forma mais aprofundada, expressando visões mais plurais que aquelas ali refletidas e ajudando a apontar caminhos de qualificação e aperfeiçoamento da rede em implantação.

Todos são bem vindos nesse debate!

Um grande número de municípios no Brasil, de forma crescente como mostram os números da pesquisa realizada, tem aceitado o desafio de implantar uma nova perspectiva de atenção em saúde mental, superando uma história de exclusão que, por exemplo, colocou nos últimos anos, só no estado de São Paulo, mais de 6.000 pessoas como moradoras de hospitais psiquiátricos, com internações de mais de um ano (em alguns casos mais de 10, 20 anos) sem nenhuma perspectiva de ressocialização, sem nenhuma oferta da instituição que pudesse ser considerada um projeto terapêutico.

Não podemos aceitar que modelos, como é o caso da AME-Psiquiatria, que se contrapõe aos princípios da Reforma Psiquiátrica em curso, proposto no jornal pelo CREMESP e engendrados, na prática, pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo sem nenhuma discussão com os demais gestores do SUS e com a sociedade civil, sejam implantadas de forma autoritária e ao arrepio dos princípios legais vigentes.

Mudar a realidade sanitária de décadas, transformar o modelo de atenção com foco na pessoa e na defesa da vida, requer maturidade e o esforço de todos: gestores, trabalhadores, sociedade organizada, entidades profissionais, poder judiciário... Que esse diálogo possa ser aprofundado e que os problemas encontrados possam ser pautados, de forma franca e responsável, com uma agenda coletiva de busca dos melhores dispositivos para fazer avançar a Política Nacional de Saúde Mental, e assim garantir melhor qualidade de vida para muitos.

Cuidar sim, excluir não!

Diretoria do COSEMS/SP
Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo

FURP incentiva ações de sustentabilidade do Meio Ambiente e Reciclagem de Materiais

A Fundação para o Remédio Popular - FURP, maior laboratório público da América do Sul e vinculado a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, é uma fábrica de medicamentos que atende usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) por todo o País. Alinhado com esse importante trabalho está o envolvimento em campanhas e projetos que tem como preocupação a escassez de recursos naturais, preservação do meio ambiente e utilização racional de recursos disponíveis.

Assim em 2009, a Fundação criou um Comitê de Gestão de Recursos, com o objetivo de estabelecer, implantar e gerenciar ações para a utilização adequada e responsável de recursos naturais e outros, além de buscar a redução de custos em todas as áreas da empresa.

Para isso, esse Comitê fez um levantamento do nível de consumo de energia, água, telefone, para otimizar esses gastos, além de buscar alternativas de reciclagem para os materiais que são descartados pela Fundação.

Segundo o Superintendente da FURP, Rubens Scaff, a criação desse comitê foi um grande passo dentro da empresa. "É fundamental realizarmos esse trabalho de conscientização junto aos nossos funcionários, destacando a importância em assegurar os recursos naturais e também despertando o conhecimento sobre reciclagem, que é um processo em que todos precisam estar envolvidos", afirmou o Superintendente.

Além do Comitê, a Fundação desenvolveu no ano passado um novo tipo de sacola com plástico reciclado para os usuários que retiram os medicamentos da FURP, nas unidades Farmácia Dose Certa, localizadas em 20 pontos da Capital. O material utilizado é o d2w, uma substância que adicionada ao plástico reduz sua decomposição na natureza de 200 anos para 18 meses.

A idéia de desenvolver essa nova sacola surgiu de uma demanda da Ouvidoria da FURP, que registrou alguns questionamentos sobre a utilização das sacolas plásticas convencionais que agridem o meio ambiente. Assim, foram feitas pesquisas e estudos e após várias opções como papel, papel reciclado, tecido, estopa, entre outros, a utilização do dw2 foi a mais viável e eficaz.